

VIOLÊNCIA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE PROTESTOS NAS FAVELAS E PERIFERIAS DO BRASIL (2017-2021)¹

Aluno: Jordy Pereira Melo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Ferreira Tatagiba

Resumo

Este estudo discute ação coletiva e participação política às margens dos grandes centros urbanos, a partir do olhar para protestos contra a violência policial, ocorridos no Brasil, ao longo dos últimos cinco anos (2017-2021). Por meio do desenvolvimento de um banco de dados, 215 manifestações foram investigadas, na busca pela resposta às seguintes questões: i) nos territórios em análise, quem são os atores políticos? ii) entre eles, como história e memória conformam uma identidade compartilhada? iii) quais são os seus enquadramentos interpretativos? iv) quais repertórios de ação vêm sendo mobilizados por eles? v) quais debates podem ser levantados a partir disso? A hipótese que orientou a pesquisa consiste na ideia de que os eventos explorados são capazes de consolidar interpretações sobre a relação entre o *projeto político neoliberal-autoritário* e o ativismo nas favelas e periferias brasileiras.

Palavras-chave: Violência Policial; Favelas e Periferias; Ação Coletiva e Participação Política.

1. Introdução

Durante minha primeira Iniciação Científica², busquei propor uma discussão teórica de como, nas favelas e periferias de São Paulo, participação política e ação coletiva estão relacionadas às tensões sociais que marcam esses territórios.

Investigando a história do Primeiro Comando da Capital (PCC)³, do Movimento das Mães de Maio⁴, dos coletivos artísticos de *Rap* e dos evangélicos, conclui que as margens paulistanas são caracterizadas por uma rede social heterogênea, complexa e orientada ao objetivo comum de sobreviver à violência e negligência do Estado.

¹ Relatório final do projeto *Ativismos e resistências nas temporalidades (pós)pandêmicas*, aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Campinas (PIBIC – Unicamp) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de setembro de 2021 a setembro de 2022.

² *Política às margens: uma discussão sobre ação e participação nas favelas e periferias de São Paulo*, aprovada e financiada, respectivamente, pelo PIBIC – Unicamp e CNPq, de agosto de 2019 a setembro de 2020.

³ Organização criminosa que atua, principalmente, no Estado de São Paulo, desde 1992, determinando os códigos de conduta do mundo do crime, dentro das prisões e nos espaços das favelas e periferias (FELTRAN, 2018).

⁴ Movimento de mães que, desde 2006, se organiza para reivindicar justiça pela morte de seus filhos, assassinados em São Paulo, no contexto dos Crimes de Maio, ocorridos no mesmo ano (ASSUMPCÃO, 2018).

Nesses espaços, a experiência social carrega suas especificidades. A população local tem a vida atravessada pela discriminação que transita entre as dimensões de gênero, raça e pobreza, e vai conformando um cotidiano escasso em direitos e acesso à justiça.

A disseminação da Covid-19 foi capaz de acirrar ainda mais essa realidade. Portanto, durante minha segunda Iniciação Científica⁵, dei continuidade à discussão da primeira, mas destacando o contexto da pandemia.

Com isso, argumentei que a ação social observada nas favelas e periferias de São Paulo, ao longo de 2020, além de enfrentar a doença, também expressou uma reação local ao que chamei de *projeto político neoliberal-autoritário*.

O desenvolvimento desse termo foi resultado de uma pesquisa bibliográfica ampla. Mobilizei tanto conceitos importantes da Ciência Política quanto análises sociológicas sobre o processo histórico de formação social do Brasil.

Dentre as referências utilizadas, se destacaram Achille Mbembe (2018), com sua discussão sobre *necropolítica*, Evelina Dagnino (2000; 2004; 2006), com seus conceitos de autoritarismo social e projeto político e Lélia Gonzalez (1986), com sua análise acerca da sociedade brasileira.

Esse itinerário me levou à seguinte conclusão: no Brasil, está em curso um *projeto político neoliberal-autoritário*, cuja característica central é a *necropolítica*.

Por esse motivo, a democracia do país está restrita aos mais ricos e as populações historicamente marginalizadas, como as que estão aos arredores das grandes cidades, têm experimentado um autoritarismo estatal capaz de privá-las, até mesmo, da vida.

Nesse sentido, dentro dos limites dos meus estudos, o cenário pandêmico cumpriu uma função destacável: servir ao Estado como ferramenta de morte, voltada ao extermínio de corpos específicos.

Depois de seguir esse caminho, percebi a possibilidade de ampliar meu recorte territorial e iniciar uma discussão sobre participação política e ação coletiva nas favelas e periferias brasileiras. Mas, para isso, uma pesquisa bibliográfica não seria suficiente e encontrar formas para sistematizar um experimento empírico, capaz de identificar padrões sociais interpretáveis, em espaços tão complexos e variados, passou a ser um grande desafio.

Após muitas conversas, em reuniões de orientação e encontros do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac), sobre como lidar com esse

⁵ *Às margens do passado e do presente: um olhar para as favelas e periferias de São Paulo no contexto da pandemia de Covid-19*, aprovada e financiada, respectivamente, pelo PIBIC – Unicamp e CNPq, de setembro de 2020 a setembro de 2021.

desafio, minha orientadora propôs a construção de um banco de dados, com informações sobre protestos ocorridos no Brasil, contra a violência policial, ao longo dos últimos anos.

A ideia foi inspirada não apenas em sua experiência com coleta e análise de dados sobre protestos diversos, como também no pressuposto de que, não por acaso, a maioria das manifestações contrárias à conduta violenta da polícia se inicia às margens dos grandes centros urbanos.

Acolhida a proposta, construí a hipótese de que, no Brasil, os protestos contra a violência policial são capazes de consolidar interpretações sobre a relação entre *projeto político neoliberal-autoritário* e participação social nas favelas e periferias do país, a fim de responder às seguintes questões: i) nesses espaços, quem são os atores?; ii) entre eles, como história e memória conformam uma identidade compartilhada?; iii) quais são os enquadramentos interpretativos do conflito?; iv) quais repertórios de ação vêm sendo mobilizados por eles?; e v) quais debates podem ser levantados a partir disso?

Essa investigação foi relevante por alguns aspectos. Além de proporcionar descobertas sobre características prováveis do *projeto político neoliberal-autoritário*, como consequência, acenou para o debate acerca dos conflitos, limites e potências, que caracterizam a democracia brasileira. Fora isso, também foi capaz de colaborar com as discussões sobre sexismo, racismo e discriminação à pobreza.

A sistematização do banco de dados passou a ser construída a partir desse processo. Utilizando ferramentas de buscas personalizadas da *internet* coletei, nos portais de notícias G1 e UOL, informações referentes aos últimos cinco anos (2017-2021). Essas duas fontes foram escolhidas, porque são confiáveis, constituem os principais veículos de comunicação do país e, além disso, permitem o acesso gratuito às notícias publicadas.

Com auxílio do *software Microsoft Access*, organizei as informações preenchendo, para cada reportagem analisada, um formulário com as seguintes variáveis: “Fonte”; “Data da Reportagem”; “Título da Reportagem”; “Data do Protesto”; “Bairro”; “Cidade”; “UF”; “Performance”; “Localidade”; “Âmbito do Protesto”; “Repressão Policial”; “Ator”; “Organização”; “Vítima Direta”; “Gênero da Vítima”; “Cor da Vítima”; “Demanda”; “Observações”; e “*Link* da Reportagem”.

Ao todo, 215 protestos foram registrados. Enfim, realizei o cruzamento dos dados coletados e, em seguida, sugeri algumas interpretações a respeito. Para isso, mobilizei alguns conceitos teóricos sobre ação coletiva e movimentos sociais que serão, resumidamente, apresentados a seguir.

2. O protesto (contra a violência policial) em teoria

Faz sentido pensar o protesto enquanto ferramenta de contestação pública útil aos movimentos sociais, quando os compreendemos como grupos excluídos que, coletivamente organizados, interagem com as elites econômicas e políticas, a fim de buscar transformações sociais (TARROW, 2011), quase sempre, “fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades” (JASPER, 2016, pp. 23).

Mas, apesar da relação, é importante entender a diferença entre protesto e movimento social, porque, nem sempre, um será expressão do outro. Em alguns casos, os atores de uma manifestação seguem a vida depois que ela acaba sem, necessariamente, se envolver com grupos organizados (JASPER, 2016).

Mesmo assim, ambos são caracterizados por algumas estruturas de mobilização semelhantes, dentre as quais, destaquei três: demandas, enquadramento interpretativo e repertórios de ação.

As demandas são reivindicações que necessitam de estratégias que as façam valer. O conjunto dessas estratégias conformam os repertórios de ação (TARROW, 1998) que, por sua vez, podem ser convencionais, disruptivos ou violentos (ALMEIDA, 2020).

Petições, cartas abertas ou abaixo assinados são exemplos de estratégias convencionais. Manifestações capazes de romper a normalidade do cotidiano podem ser consideradas disruptivas. Já cenários de revoluções sociais, possivelmente serão marcados por estratégias violentas.

Essas três formas de categorizar os repertórios de ação podem ser úteis por alguns aspectos. Primeiro, porque permite a análise da relação entre a estratégia e o contexto em que ela foi construída. E, ainda, porque avalia se uma ferramenta de ação tem, ou não, capacidade de influenciar a opinião pública e alcançar seus objetivos (ALMEIDA, 2020).

Os enquadramentos interpretativos são transmissões de mensagens ideológicas, geradas com o intuito de expressar as projeções que determinado grupo faz tanto de seus inimigos quanto de seus aliados. Por isso, as partes em conflito moldam as mensagens transmitidas, a fim de disputar suas convenções (TARROW, 1998).

Com isso, compreendo os protestos contra a violência policial como ações coletivas, cuja estrutura de mobilização, caracterizada por demandas, repertórios de ação e enquadramento interpretativo, é forjada como ferramenta de contestação pública que expressa um conflito direto entre a população das favelas e periferias e o Estado.

A seguir, apresento um estudo de caso sobre esse tipo de ação no Brasil.

3. O contexto (histórico) das favelas e periferias do Brasil e os protestos (em quantidade) contra a violência policial

Apesar do tempo, a experiência social brasileira segue marcada pela colonização europeia. O sistema de exploração da terra, implementado pelos portugueses, não apenas abusou da mão-de-obra indígena e, mais tarde, escravizou populações africanas, como também, a partir disso, conferiu, especialmente aos povos originários e negros, condições de violações e negligências (GONZALEZ, 1984).

A ausência de medidas públicas capazes de reparar esse problema influenciou, dentre outros processos sociais, o desenvolvimento urbano do Brasil (FRANCO, 2014). Predominantemente negra e pobre, a população das favelas e periferias retrata, atualmente, o paradeiro de grupos historicamente excluídos.

Não à toa, nesses territórios, o conflito entre “mundo do crime”⁶ e polícia atualizam a violência (FELTRAN, 2018), acentuando a existência autoritária do Estado que, disfarçada em desleixo, alimenta o discurso da guerra às drogas e do combate à criminalidade para cercear a vida de moradores locais (FRANCO, 2014).

Os protestos contra a violência policial ilustram parte dessa realidade. Demonstram características de um autoritarismo estatal e revelam a perspectiva de atores políticos que, em territórios conflagrados, buscam meios para enfrentar desafios coletivos.

Entre 2017 e 2021, houve um aumento significativo desse tipo de manifestação no Brasil (Figura 1).

Além de expor um fenômeno político que, ao longo do tempo, vem se transformando, essa informação coloca um problema: em territórios onde protestar é um ato de risco, porque a política está atravessada pela violência (FELTRAN, 2011), o que justifica tal crescimento?



Figura 1 - Quantidade de protestos contra a violência policial no Brasil, ao longo dos anos (2017-2021)

⁶ Termo utilizado por Feltran (2011) para se referir às dinâmicas de roubo e tráfico que marcam as favelas e periferias de São Paulo.

Essa pergunta não será respondida aqui. Entretanto, para orientá-la, proponho a seguinte hipótese: esses números acompanham a emergência de uma consciência política que vem gerando, em seus atores, certa capacidade de protestar. Conseqüentemente, cabe perguntar: de onde vem essa consciência?

Mesmo não sendo conclusivas, essas reflexões abrem espaço para problematizar, dentre outras questões, a relação entre os atores políticos que estão dentro e fora dos espaços onde essas manifestações ocorrem. Com isso, trago alguns dados a respeito.

4. Dos atores políticos (e organizações)

Os principais atores, por trás da organização desses protestos, são moradores locais. Eles foram responsáveis por estabelecer 61% das ações exploradas; ao passo em que 31% foram estabelecidas por amigos e familiares de vítimas de violência policial; e 7%, por outras pessoas (Figura 2).

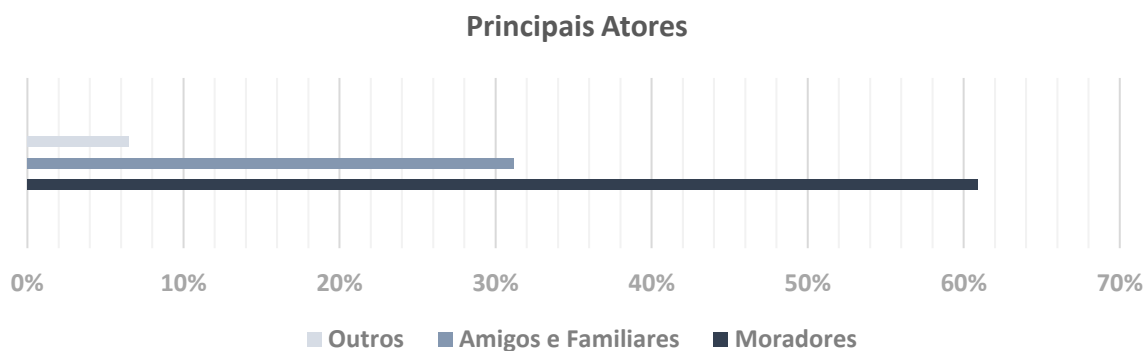


Figura 2 - Principais atores de protestos contra a violência policial no Brasil (2017-2021)

Sobre as organizações envolvidas com os eventos analisados, os dados indicaram que o Movimento Negro promoveu 12% dessas ações; outras organizações promoveram 5%; e Organizações Não-Governamentais (ONG), 1% (Figura 3).

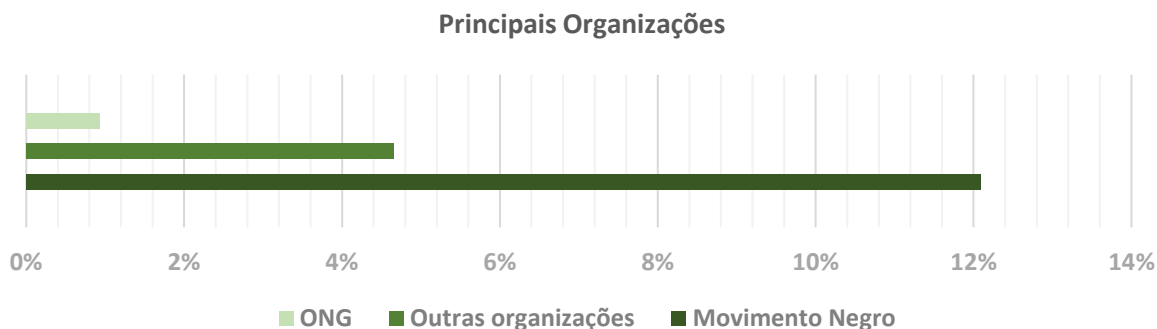


Figura 3 - Principais organizações envolvidas em protestos contra a violência policial no Brasil (2017-2021)

Os dados demonstram que o envolvimento de organizações nesses protestos é discrepante, se comparado ao dos principais atores que os estabelecem. Indicam, ainda, certa dificuldade que as ações exploradas têm de ir além da esfera privada dos laços familiares e afetivos.

Nesse caso, coloco dois questionamentos que, por ora, também não serão respondidos aqui: essa relação também vem se transformando ao longo do tempo? Se o percentual de organizações envolvidas é baixo, quando elas se envolvem? Para ampliar as possibilidades de reflexão em torno desses problemas, explico sobre a variável “Vítimas Diretas”.

Se a violência policial, causa das manifestações analisadas, vitimizou alguém diretamente, ela possibilitou o acesso à essa informação, ao oferecer, no banco de dados, duas opções de respostas: sim ou não.

A partir disso, foi possível observar que 87% desses protestos estavam relacionados à existência de vítimas diretas e 13%, à existência de vítimas indiretas (Figura 4).

Nos casos cuja resposta para “Vítima Direta” foi positiva, o banco de dados também possibilitou a coleta de informações sobre gênero e raça da pessoa vitimizada.

Assim, para a variável “Gênero da Vítima” foram colocadas três possibilidades de resposta: masculino, feminino ou outro. Já para a variável “Cor da Vítima”, quatro: branco, preto, pardo ou indígena.

Nesse sentido, 52% dos casos analisados indicaram o gênero e a raça dessas vítimas: 33% eram homens negros, pardos ou indígenas; 9%, homens brancos; 7%, mulheres negras, pardas ou indígenas; e 2%, mulheres brancas (Figura 5).

Isso explica o motivo pelo qual o Movimento Negro é a organização mais envolvida com esse tipo de manifestação. Ao longo do período analisado, é possível observar, não apenas o contraste entre os corpos que mais vêm sofrendo violações da polícia, como também a intensificação do assassinato de pessoas não brancas (Figura 6).

Vítimas Diretas e Indiretas (%)



Figura 4 – Porcentagem de vítimas diretas e indiretas da violência policial que motivaram protestos no Brasil (2017-2021)

Gênero e Raça das Vítimas Diretas (%)

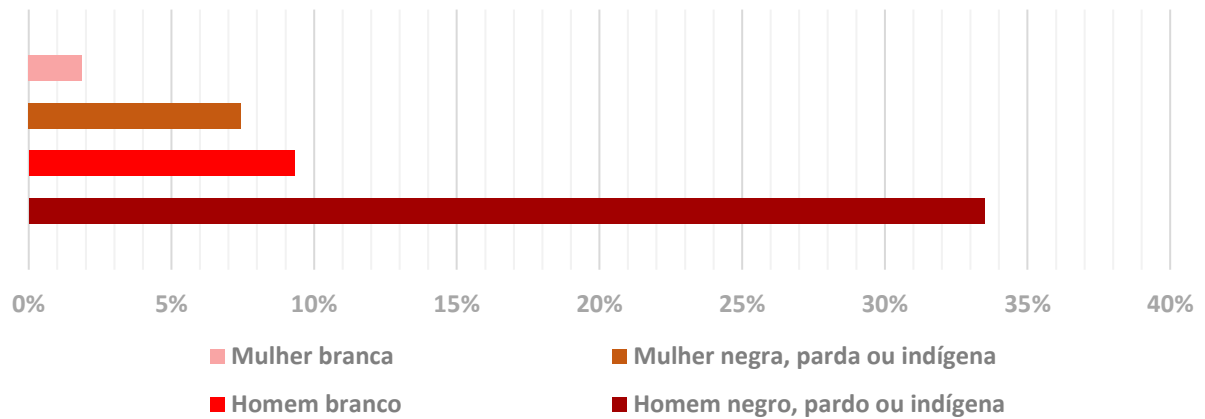


Figura 6 - Gênero e raça de vítimas diretas da violência policial que motivaram protestos no Brasil, em porcentagem (2017-2021)

Raça e gênero das vítimas diretas ao longo dos anos (2017-2021)

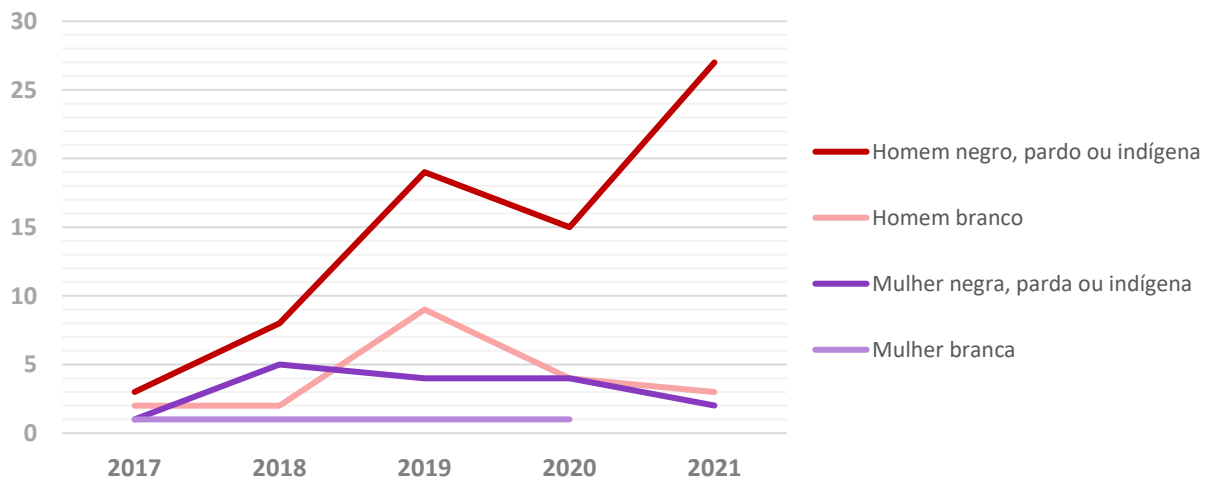


Figura 5 - Gênero e raça de vítimas diretas da violência policial que motivaram protestos no Brasil, em quantidade (2017-2021)

Esses dados dialogam, ainda, com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BUENO et al., 2022) que, ao indicar a população negra e não branca como a principal vítima de intervenções policiais, cujo resultado é a morte, aponta que a taxa de letalidade policial entre pessoas negras é 2,8 maior que a taxa entre pessoas brancas.

5. Das principais localidades

Do ponto de vista geográfico, as informações levantadas indicaram que essas ações têm certa tendência de se concentrar às metrópoles das principais capitais do Brasil. Rio de Janeiro (23%), Bahia (20%) e São Paulo (16%) foram os Estados com maior porcentagem de

incidência (Figura 7). Entre 2017 e 2021, eles alternaram os três primeiros lugares entre si, mas permaneceram no pódio das maiores quantidades (Figura 8).

Minas Gerais veio na sequência (6%), seguido pelo Espírito Santo e Pará (ambos com 5%); Pernambuco (4%); Paraná e Santa Catarina (ambos com 3%); Maranhão e Piauí (ambos com 2%); e Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe (todos com 1%).

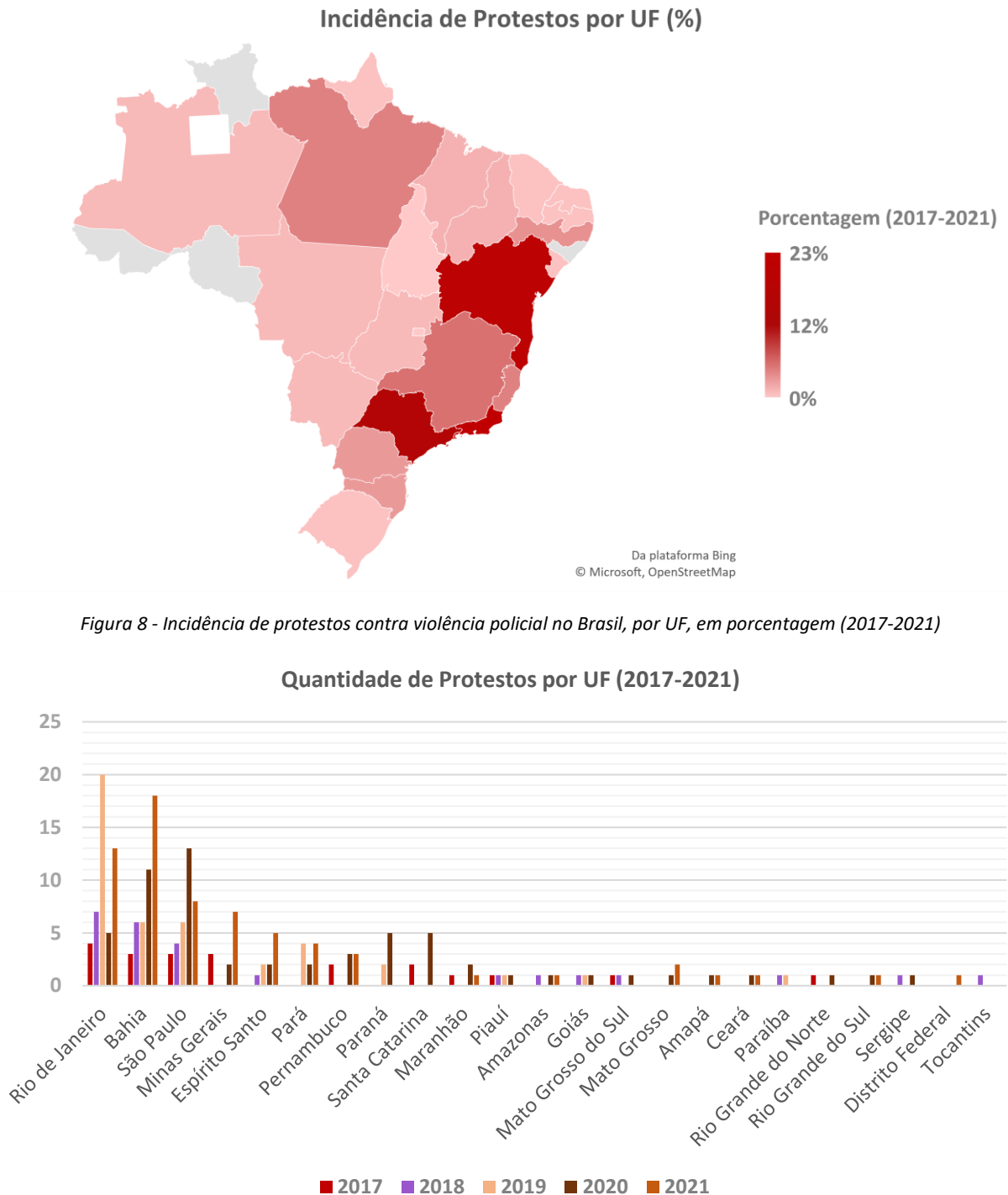


Figura 8 - Incidência de protestos contra violência policial no Brasil, por UF, em porcentagem (2017-2021)

Figura 7 – Quantidade de protestos contra a violência policial no Brasil, por UF, ao longo dos anos (2017-2021)

Desses protestos, 33% aconteceram em vias de acesso a favelas e 29%, em bairros de periferia; 16% aconteceram em frente a prédios públicos – sobretudo delegacias e cemitérios; 14%, em centros urbanos; 4%, na internet; 2% (Figura 9). Portanto, pelo menos, 62% das manifestações ocorreram às margens dos centros urbanos.

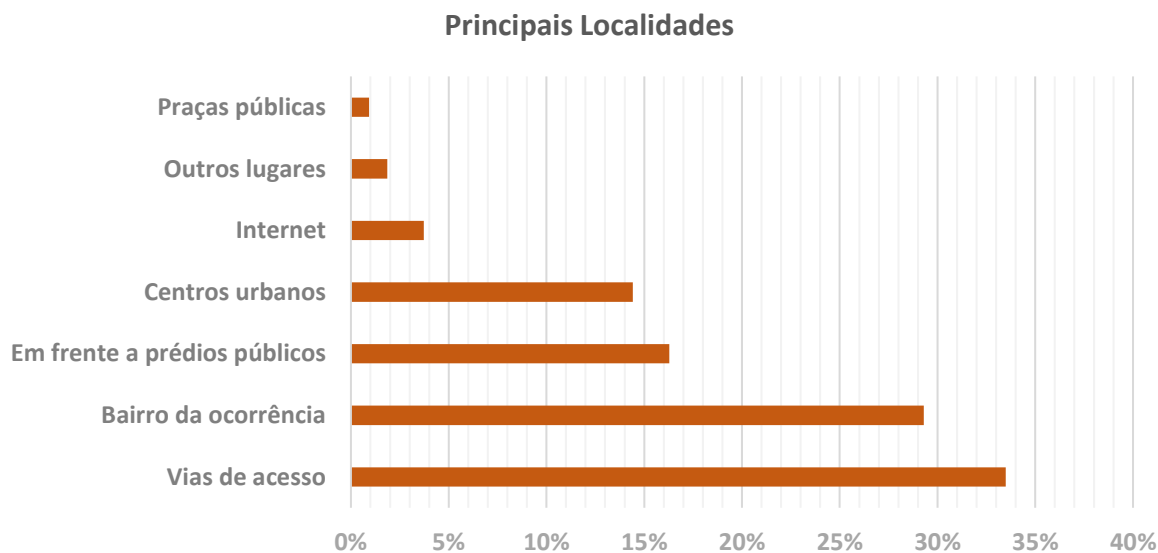


Figura 9 - Principais localidade de protestos contra a violência policial no Brasil (2017-2021)

Os dados referentes às principais localidades demonstram certa relação entre lugar e âmbito. Em outras palavras, são protestos que, olhados por uma perspectiva geográfica, têm o Estado como cenário, ao mesmo tempo em que, analisados em níveis locais, passam pelos centros urbanos, mas se concentram aos seus arredores, isto é, às entradas das favelas em bairros da periferia.

Não por acaso, 86% dessas manifestações ocorreram em apenas um local; 9%, em vários Estados; 4%, foram virtuais; e 1% aconteceu em mais de um local (Figura 10).

Se analisadas em quantidade, ao longo do tempo, essas informações demonstram que: entre 2017 e 2019, os protestos não saíram do âmbito local; e, ocorreram em vários Estados, apenas, em 2020, quando passaram a existir, também, em espaços virtuais da *Internet* (Figura 11).

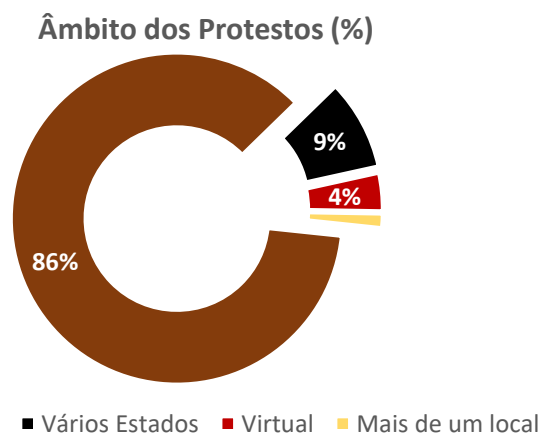


Figura 10 - Âmbito dos protestos contra a violência policial no Brasil, em porcentagem (2017-2021)

Âmbito dos Protestos (2017-2021)

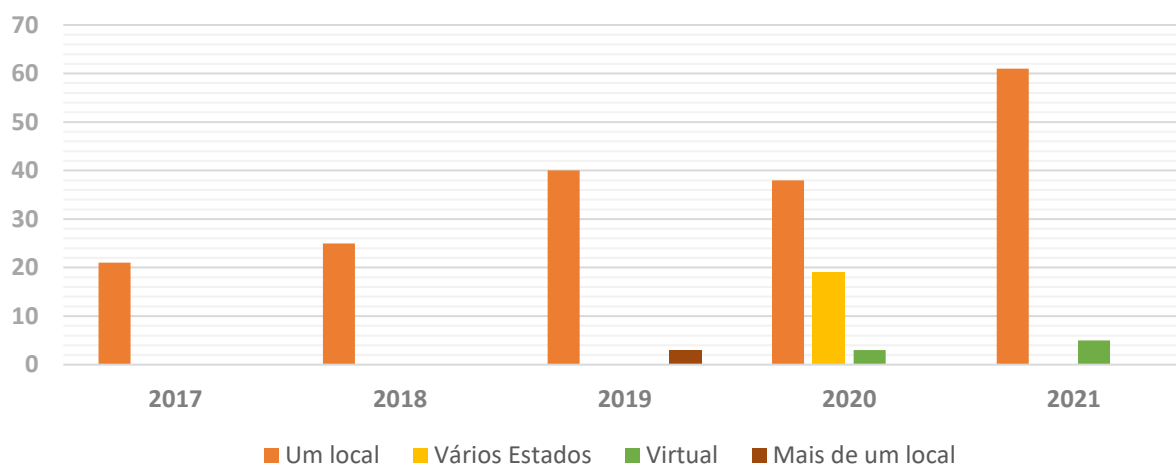


Figura 11 - Âmbito dos protestos contra a violência policial no Brasil, por quantidade, ao longo do tempo (2017-2021)

Nesse sentido, cabe perguntar: como a localidade desses protestos se relaciona com a atuação de seus atores, ao longo do tempo? Por menores que sejam, as transformações observadas indicam certa mudança na utilização de seus repertórios de ação? Ou, ainda, o que tem feito esses protestos, mesmo que em passos lentos, permear outros lugares, além das margens da cidade?

Novamente, são problemas que não serão respondidos aqui. Contudo, proponho uma pista: com o avanço das discussões sobre raça e desigualdade social (MATTOS, 2017), a população das favelas e periferias, especialmente negra e pobre, tem transpassado espaços que, até então, lhes eram negados.

Nesse sentido, as estruturas de mobilização utilizadas pelos atores desses territórios também vêm se transformando. Por isso, dou sequência à análise, discutindo demandas, repertórios de ação e enquadramentos interpretativos das ações investigadas.

6. Das demandas, enquadramento interpretativo e repertórios de ação

Em Santa Catarina, um grupo de moradores se reuniu para denunciar os excessos da polícia, durante intervenções locais, e acusá-la pela morte de um vizinho.

No cemitério, familiares e amigos choraram abraçados, segurando fotos de uma criança, baleada e morta, durante uma operação policial do Rio de Janeiro.

Corpos, baleados e mortos, durante ações policiais do Rio Grande do Norte, foram colocados no meio da rua, para interditar o tráfego e reivindicar respostas.

Em São Paulo, moradores construíram e incendiaram barricadas para interditar uma rodovia, porque a polícia baleou “suspeitos” e os deixou agonizando, sem prestar socorro.

À imprensa, um avô relatou que sua neta, uma criança de 11 anos de idade, saiu, na Bahia, “para abrir o portão” e morreu com um tiro da polícia. Dois dias depois, durante o enterro, a mãe desabafou ao dizer que “não tem mais lágrimas para chorar”.

Esses casos ilustram situações de protestos contra a violência policial, ocorridos no Brasil. São trajetórias de um percurso triste que se inicia pela trágica percepção de que vidas queridas foram violadas e negligenciadas, por quem deveria protegê-las.

Nesse caso, sem “lágrimas para chorar”, atores locais passam a agir, demandando reivindicações motivadas pela revolta contra o Estado que, transfigurado pela polícia, mata a filha, a neta, o amigo, o vizinho.

Os dados indicaram que “demanda por justiça” foi a principal reivindicação presente nos protestos (80%); 34% exigiram investigação do caso e responsabilização dos policiais envolvidos; 12% denunciaram abordagens abusivas da polícia; 9% denunciaram racismo policial; 1% reivindicou outras pautas (Figura 12)⁷.

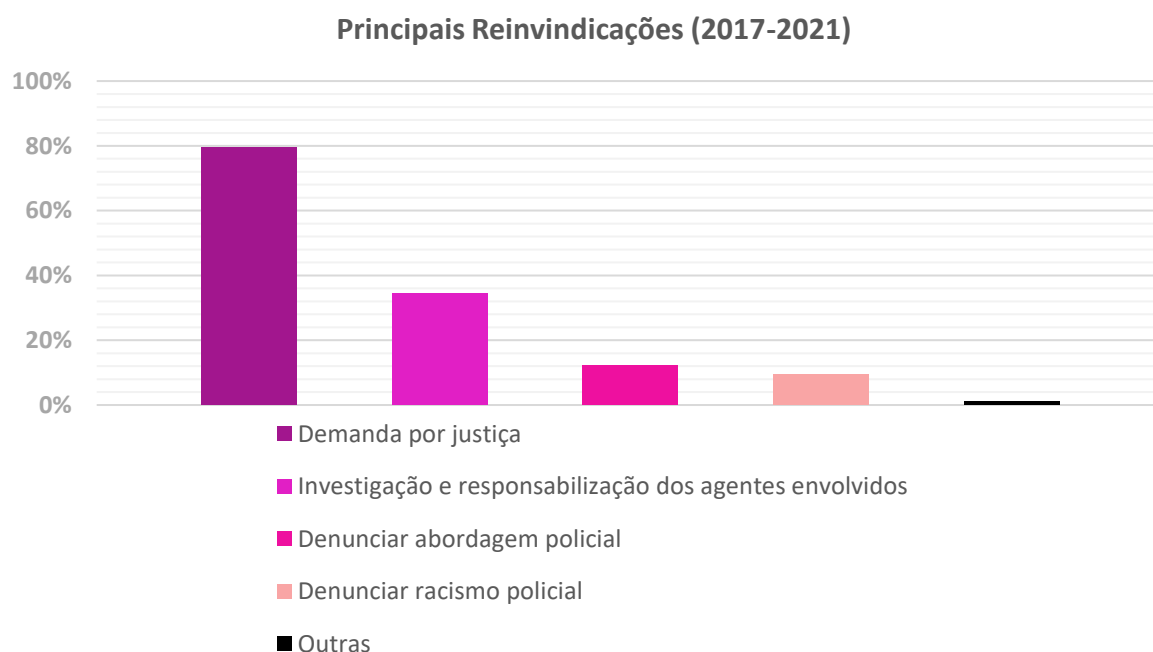


Figura 12 - Principais reivindicações presentes nos protestos contra a violência policial no Brasil (2017-2021)

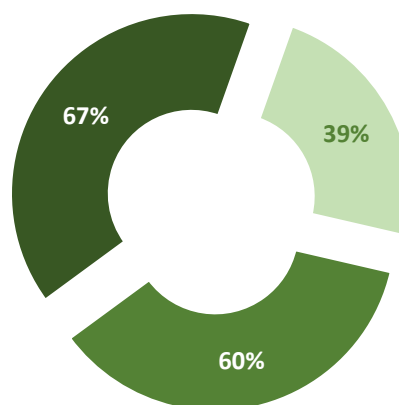
Essas demandas trazem alguns contornos do enquadramento interpretativo que os atores envolvidos nesses protestos constroem para suas narrativas. São moradores locais, para quem o Estado é negligente e violento de tal maneira que o acesso à justiça precisa ser reivindicado.

⁷ Importante dizer que, nesse caso, a soma da porcentagem das categorias não é 100%, porque algumas manifestações trouxeram mais de uma demanda.

Nesse sentido, 67% das estratégias de ação, adotadas pelos protestos explorados, foram disruptivas; 60%, convencionais; e, 39%, violentas (Figura 13)⁸.

De forma mais detalhada, os dados demonstraram, também, que em 54% dos casos a manifestação pública foi a principal estratégia de reivindicação; em 39%, foi a manifestação pública com depredação; em 29%, foi a interdição de vias de acesso; e em 6%, outros repertórios foram utilizados (Figura 14)⁹.

Principais Repertórios de Ação Categorizados (%)



■ Convencionais ■ Disruptivos ■ Violentos

Figura 14 - Principais repertórios de ação utilizados em protestos contra a violência policial no Brasil, categorizados (2017-2021)

Principais Repertórios de Ação

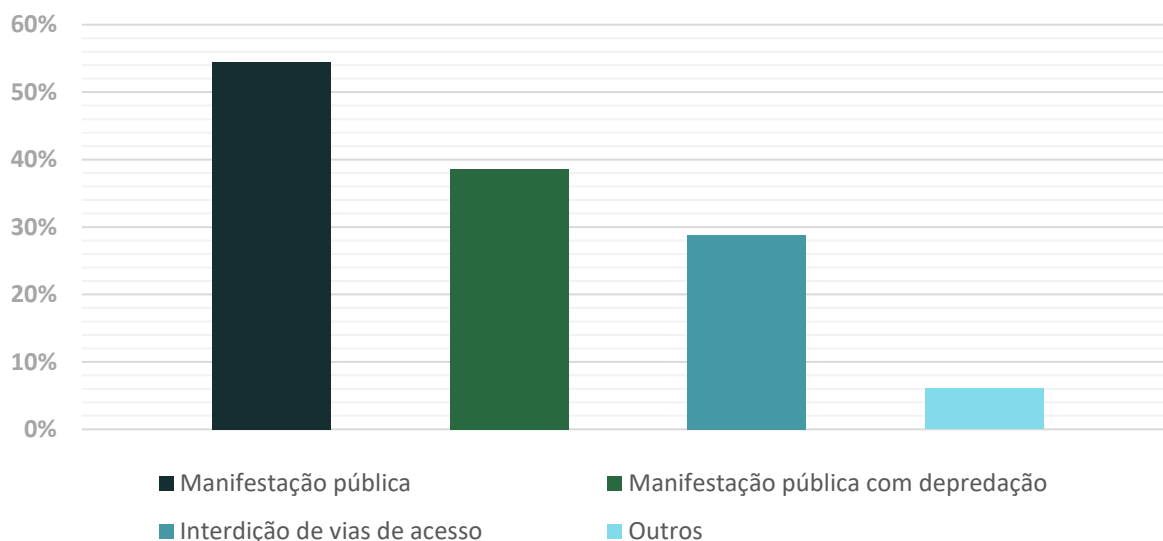


Figura 13 - Principais repertórios de ação utilizados em protestos contra a violência policial no Brasil (2017-2021)

Dessa forma, é possível compreender as manifestações públicas como exemplos de ações convencionais. Por outro lado, tanto interdições às vias de acesso quanto manifestações públicas com depredação, podem expressar estratégias disruptivas. Enfim, alguns casos,

⁸ Nesse caso, a soma da porcentagem das categorias não é 100%, porque algumas manifestações podem ser caracterizadas com mais de um tipo de repertório de ação.

⁹ Também, nesse caso, a soma da porcentagem das categorias não é 100%, porque algumas manifestações podem ser caracterizadas com mais de um tipo de estratégia de ação.

observados em protestos com depredação como, por exemplo, incêndio à ônibus públicos e depredação de delegacias, podem ser considerados violentos.

7. Considerações finais

A sistematização do experimento empírico proposto por esta pesquisa, possibilitou o levantamento de informações acerca de um fenômeno político, cuja investigação é de extrema importância para os estudos sobre ação coletiva e participação política.

Os protestos contra a violência policial no Brasil têm sido capazes de expressar a existência de um conflito direto entre a população das favelas e periferias e o Estado. Mais que isso, demonstram que violência e negligência atravessam essa relação, gerando tragédias e potências.

Portanto, há uma pergunta a ser feita: quais significados a política pode assumir em territórios conflagrados, como os arredores das cidades, e quando ela emerge? Para este estudo de caso, a política assumiu a forma de protesto que, por sua vez, foi motivado pelo sentimento de dor, injustiça e revolta.

Considerando as questões e hipóteses que ficaram em aberto, ainda há muito a ser explorado. Nesse sentido, concluo esta pesquisa sugerindo a ideia de que as manifestações analisadas são caracterizadas por estruturas de mobilização, ainda, estão em fase de germinação. Mas, isso é assunto para outro momento.

8. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paul. *Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ASSUMPÇÃO, Raiane. SILVA, Valéria de Oliveira. GOMES, Aline Rocco. “Na contramão da narrativa oficial: vozes das vítimas dos Crimes de Maio de 2006” In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 41, 2018, pp. 334-349.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Ano 16, 2022.

Corpo de menino morto na Chatuba é enterrado em cemitério de Nilópolis, RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/18/corpo-de-menino-morto-na-chatuba-e-enterrado-em-cemiterio-de-nilopolis-rj.ghtml> Acesso em: 10/07/2022.

DAGNINO, Evelina, OLIVERA, Alberto J. PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina” In: *A disputa pela Construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 13-69.

DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa” In: *Política & Sociedade*, n.5, 2004, pp. 139-164.

_____. “Cultura, Cidadania e Democracia: A Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana” In: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, pp. 61- 102.

Em Natal, moradores do Mosquito colocam corpos na rua e fecham acesso à ponte Igapó. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/em-natal-moradores-do-mosquito-colocam-corpos-na-rua-e-fecham-acesso-a-ponte-de-igapo.ghtml> Acesso em: 10/07/2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

_____. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise sobre da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Mestrado). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018 [1984].

JASPER, M. James. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, Ed. 1, 2016.

MATTOS, Geísa. “Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos EUA” In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 48, n. 2, jun./dez. 2017, pp. 185-201

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Menina de 11 anos é morta durante operação policial em Salvador: 'Saiu na porta para abrir portão', diz avô. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/menina-de-11-anos-e-baleada-durante-operacao-policial-e-morre-em-salvador.ghtml> Acesso em 10/07/2022.

Moradores alegam ‘excesso’ da PM e protestam contra ação na Vila União, em Florianópolis. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/moradores-alegam-excesso-da-pm-e-protestam-contracao-na-vila-uniao-em-florianopolis.ghtml> Acesso em 10/07/2022.

Sob comoção, menina de 11 anos morta em ação policial é enterrada na BA: 'Não tenho mais lágrima pra chorar'. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/sob-comocao-menina-de-11-anos-morta-em-acao-policial-e-enterrada-na-ba-nao-tenho-mais-lagrима-pra-chorar.ghtml> Acesso em 10/07/2022.

Suspeitos de roubo são mortos a tiros por policial de folga e população protesta em Osasco, na Grande SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/27/suspeitos-de-roubo-sao-mortos-a-tiros-por-policial-de-folga-e-populacao-protesta-em-osasco-na-grande-sp.ghtml> Acesso em 10/07/2022.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editores Vozes, 2009 [1998].

_____. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, 3a. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.